

José Carlos Vieira de Andrade

CURRICULUM VITAE-Síntese

Nasceu em Coimbra, em 6 de Junho de 1949.

É Professor Catedrático na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, na área de Direito Público: Direito Constitucional (direitos fundamentais) e Direito Administrativo Geral, sendo ainda Coordenador do Programa de Doutoramento em Direito Público (*b-learning*) “Estado Social, Constituição e Pobreza” e Responsável pelo grupo de investigação “Crise, sustentabilidade e cidadanias”, do Instituto Jurídico da FDUC.

Foi membro eleito da Assembleia da Universidade de Coimbra (1994 a 2008) e do Conselho Geral da Universidade (2010- 2016).

Pertenceu à Comissão Instaladora da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa (1996 -1999) e foi membro do Conselho Científico do Departamento Autónomo de Direito, depois Escola de Direito da Universidade do Minho (1995-2006).

Foi Chefe de Gabinete do Secretário de Estado da Administração Regional e Local no V Governo Constitucional, de Agosto a Novembro de 1979, e de 1985 a 2000, por designação ministerial, membro do Conselho Geral do Centro de Estudos e Formação Autárquica.

Exerce a actividade de jurisconsulto, sendo, nessa qualidade, autor de um elevado número de pareceres jurídicos, bem como a actividade de árbitro, integrando Tribunais arbitrais na área administrativa.

Proferiu numerosas conferências ou intervenções em colóquios e cursos, em Portugal e no estrangeiro, e participou em comissões de elaboração de projectos legislativos na área do direito administrativo e processual administrativo.

É autor de vários livros:

Grupos de Interesse, Pluralismo e Unidade Política, 1977

O Dever da Fundamentação Expressa de Actos Administrativos, 1991.

Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976, 5.^a ed., 2012

Lições de Direito Administrativo, 4.^a ed., 2015.

A Justiça Administrativa, 16.^a ed. 2017,

bem como de dezenas de artigos, alguns na área da comunicação social:

Os Direitos da Pessoa e a Comunicação Social na Perspectiva Jurídica, in Os Direitos da Pessoa e a Comunicação Social, Lisboa, 1995; O Serviço Público de Televisão na Ordem Jurídica Portuguesa, in Comunicação e Defesa do Consumidor, Coimbra, 1996; Mecanismos de regulação, in *O rigor da notícia*, Alta Autoridade para a Comunicação Social, 1996; “Liberdade de expressão e direitos das pessoas”, in *O Direito e a Cooperação Ibérica II*, 2006.

CURRICULUM VITAE

JOSE CARLOS VIEIRA DE ANDRADE, filho de José da Cruz Andrade e de Maria Adelaide Vieira Andrade, nasceu em Coimbra, na freguesia da Sé Nova, em 6 de Junho de 1949.

I

Carreira académica

Frequentou a escola primária em Lisboa (1ª classe) e em Coimbra, e fez os estudos liceais no Liceu Normal de D. João III, também em Coimbra.

Matriculou-se no ano lectivo de 1966/67 na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, onde concluiu a licenciatura em Outubro de 1971, com a classificação final de 18 valores.

Em Dezembro de 1971 foi contratado como assistente eventual e, em Dezembro de 1973, como assistente da Faculdade de Direito.

Em Dezembro de 1976 prestou na referida Faculdade provas finais do Curso Complementar de Ciências Politico-Económicas, tendo sido aprovado com a classificação de 18 valores.

Foi contratado como assistente convidado, em 1 de Outubro de 1986.

Prestou, na mesma Faculdade, em 24 de Julho de 1991, provas de doutoramento em Ciências Jurídico-Políticas, tendo sido aprovado com distinção e louvor, por unanimidade.

Em Julho de 1996, foi contratado como Professor Auxiliar de “nomeação definitiva”.

Apresentou-se a concurso para Professor Associado em Fevereiro de 1996, tendo sido aprovado em reunião do júri de 7 de Outubro de 1997 e tomado posse como Professor Associado de nomeação definitiva em 3 de Dezembro de 1997.

Prestou, em 26 e 27 de Fevereiro de 2003, também na Faculdade de Direito de Coimbra, provas de agregação, tendo sido aprovado por unanimidade.

Apresentou-se a concurso para Professor Catedrático em Junho de 2003, tendo sido aprovado em reunião do júri em 22 de Janeiro de 2004 e aceite o cargo de Professor Catedrático com nomeação definitiva em 2 de Maio de 2004.

II

Actividade docente

1. Na Faculdade de Direito de Coimbra

1.1. Licenciatura

Começou por ser incumbido das aulas práticas das cadeiras de Administração e Direito Ultramarino (1971-1972) e de Direito Administrativo (1972-1974) e foi encarregado da regência desta última disciplina para efeitos de exame no ano lectivo de 1972-1973.

Foi encarregado das aulas teóricas (e práticas) das cadeiras de Direito Constitucional II (5º ano), nos anos lectivos de 1977-1978 e de 1978-1979, de Direito Constitucional I (1º ano), em 1979-1980 e 1980-1981, e de Direito Administrativo I (2º ano, 2ª turma), em 1983-1984 e desde então até ao ano lectivo de 1990-1991.

Desde o ano lectivo de 1991/92 até ao de 1996/97 foi encarregado das aulas teóricas da cadeira de Direito Administrativo e Fiscal (3º ano).

No ano lectivo de 1994/95 volta a ser encarregado da regência das aulas teóricas da cadeira de Direito Administrativo I (2º ano, 1ª turma), que, com excepção do ano lectivo 1999/2000, em que gozou de licença sabática, assegurou até ano lectivo de 2006/2007.

Após a reforma de Bolonha, desde 2007/2008, regeu as aulas teórico-práticas de Direito Administrativo I e de Direito Administrativo II (1.ª turma, sub-turmas A e B) até ao ano lectivo de 2013/2014.

1.2. Mestrado

No Curso conducente ao Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas regeu, nos anos lectivos de 1997/98 e 1998/99, as aulas de Direito Administrativo e, no ano de 2000/2001, as aulas de Direito Constitucional, tendo voltado, de 2001/2002 a 2005/2006, a reger as aulas de Direito Administrativo. Foi também, nos anos lectivos de 2001/2002, 2002/2003 e 2003/2004, encarregado do módulo de Metodologia da Investigação (*Officina iuris*), comum a todos os mestrados.

Após a reforma de Bolonha, de 2007/2008 a 2009/2010, regeu no Mestrado em Direito Administrativo, as cadeiras semestrais de "Direito Administrativo" e de "Jurisprudência do Direito Administrativo" (1.ª Turma), e é responsável, pela cadeira anual de "Direito Administrativo I" no Mestrado em Direito Público desde 2010/2011 até 2016/2017 (interrompido no ano lectivo de 2014/2015, por gozo de licença sabática).

1.3. Pós-graduações

No Curso de Direito da Comunicação, promovido pelo Instituto Jurídico da Comunicação, da mesma Faculdade, é encarregado da regência da cadeira de Comunicação e Direitos Fundamentais, do 1º semestre, desde o início, no ano lectivo de 1991/1992, até ao 21.º curso, no ano lectivo 2012/2013, e de módulo (6 horas) no curso de 2016/2017.

No Curso de Pós-graduação em Direito do Consumo, organizado pelo Centro de Direito do Consumo, leccionou um módulo (4 horas) sobre “Direitos fundamentais dos consumidores” desde o ano de 1998/99 até 2016/2017.

Foi coordenador científico e encarregado de três aulas do Curso de Pós-graduação organizado pelo CEDIPRE, sobre “A nova justiça administrativa”, que teve treze edições, em 2005 (2), 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 e 2017.

1.4. Doutoramento

No III Curso de Doutoramento (2003 / 2004), sobre “Constituição e Medicina”, foi encarregado de uma aula, em Janeiro de 2004, sobre a Constituição da Bio-medicina.

No Curso de Doutoramento (3.º Ciclo) na Área de Direito Público:

- de 2009/2010 até 2012/2013 foi encarregado de seis sessões no módulo sobre “Responsabilidade civil do Estado pelo exercício da função administrativa”
- no ano de 2013 / 2014, foi encarregado de 4 sessões sobre “ A realização do Direito no Estado Regulador”
- nos anos de 2014/2015, 2015/2016 e 2016/2017 foi docente no Seminário Geral e no módulo sobre “Sustentabilidade social e cidadania”

É coordenador do Programa de Doutoramento em Direito Público (*b-learning*) “Estado Social, Constituição e Pobreza”, nos anos lectivos de 2014/15, 2015/2016 e 2016/2017, participando também como docente nos Seminários de Janeiro sobre “Direitos Fundamentais e Estado Social”.

Foi encarregado de dois módulos nos Cursos de Doutoramento subordinados ao tema “Direito, Justiça e Cidadania no século XXI”, organizados em conjunto pelas Faculdades de Direito e de Economia em 2007/2008, 2008/2009, 2009/2010, 2010/2011, 2011/2012, 2012/2013, 2013/2014, 2014/2015, no âmbito dos quais avaliou trinta e quatro trabalhos dos auditores e orientou várias teses de doutoramento, três já apresentadas.

2. Em outras instituições

Deu aulas teóricas da cadeira de Direito Constitucional e Direitos Fundamentais (1º ano) no Curso de Direito no Porto da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, nos anos lectivos de 1979/1980, 80/81, 82/83 e 83/84.

No Curso de Direito no Porto da Universidade Moderna regeu a cadeira anual de Ciência Política e Direito Constitucional, do 1º ano, nos anos lectivos de 1991/92 a 1994/95, e a cadeira semestral de Direito Administrativo II (Justiça administrativa), do 4º ano, entre 1993/94 e 1999/2000.

Regeu ainda, ininterruptamente, de 1982 a 1989, a cadeira de Organização do Estado Português, integrada no 1º semestre do Curso de Administração Autárquica ministrado no Centro de Estudos e Formação Autárquica (CEFA), e, no ano lectivo de 1989-1990, leccionou a disciplina de Organização e Funcionamento das Autarquias Locais no 1º semestre do 1º Curso de Especialização em Assuntos Culturais no Âmbito das Autarquias, destinado a licenciados em História e organizado (em colaboração) pela Faculdade de Letras de Coimbra e pelo CEFA.

Leccionou um módulo sobre Direito à protecção da saúde num Curso de pós-graduação em Saúde Pública, organizado pela Faculdade de Medicina de Coimbra (1994) e sobre Direito Constitucional da Saúde (2 horas) no Curso de pós-graduação de Direito Médico organizado pelo referido Centro nos anos de 1996 e de 1998.

Regeu, a convite da Faculdade de Direito da Universidade de Macau, como Professor visitante, o módulo de Direito Administrativo (20 horas) de um Curso de Pós-graduação em Direito, no ano de 1993/94, e um módulo (20 horas) da cadeira de Direito Constitucional no Curso de Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas, nos anos de 1994/95, 95/96, 96/97 e 2000/01.

Foi co-regente da cadeira de Direito da Comunicação Social do 4º ano da Licenciatura em Jornalismo na Faculdade de Letras de Coimbra, desde o ano lectivo de 1996/97 até ao ano lectivo de 2001/02 (com excepção do ano de 1999/2000).

Na Faculdade de Letras de Coimbra, foi responsável pela unidade curricular de “Organização e Funcionamento das Autarquias” no Mestrado em Política Cultural Autárquica, nos anos de 2011/2012, 2012/ 2013, / 2013/2014, 2014/2015, 2015/2016 e 2016/2017.

Na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, regeu, no 2º semestre do ano lectivo de 2000/2001 e no 1º semestre do ano 2001/2002, a cadeira de Direitos Fundamentais, e, no 2º semestre dos anos 2002/2003 e 2003/2004, a cadeira de Direito Administrativo III (Justiça Administrativa).

Na mesma Faculdade, regeu ainda, no ano lectivo de 2004/2005 a cadeira de Direito Administrativo no 6.º Curso de Doutoramento.

No Centro de Estudos Judiciários

Regeu, em Janeiro de 2003, no Curso de Formação de Magistrados para os Tribunais Administrativos, promovido pelo CEJ, em colaboração com a Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, o módulo semanal de aulas teóricas sobre O Procedimento Administrativo.

Em Janeiro/Fevereiro de 2006 e, nos anos lectivos seguintes, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011 – regeu um módulo sobre “O juiz e os direitos fundamentais das pessoas” para os auditores do Centro de Estudos Judiciários – Lisboa.

Integrou um dos júris de exames de candidatos ao CEJ em Junho de 2005 e em Junho de 2006.

III

Investigação organizada

- Coordenou, juntamente com o Doutor Rui de Figueiredo Marcos, um projecto de investigação sobre o "Direito do Petróleo", condensada em livro publicado em Maio de 2013.
- No âmbito do Instituto Jurídico da FDUC, é investigador responsável pelo grupo de investigação "Crise, sustentabilidade e cidadanias" (Grupo VI).

IV

Actividades e funções académicas

A) Provas de mestrado

AA) Pré-Bolonha

Participou, desde o ano lectivo de 1991/92, em **86** júris de exame de Cursos de Mestrado (Pré-Bolonha) na área de Ciências Jurídico-Políticas, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (63), na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (12), na Faculdade de Direito de Lisboa da Universidade Católica (2), no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa (1), na Universidade Lusíada (1), na Universidade de Aveiro (1), na Universidade de Macau (5), tendo sido **15** vezes arguente principal, conforme a seguinte discriminação:

- 1) Junho de 1992 - Faculdade de Direito de Coimbra (FDUC) - José Casalta Nabais, "Contratos fiscais" - Direito fiscal (arguição principal)
- 2) Novembro de 1992 - Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL) - António Dias Garcia, "A autorização administrativa" - Direito administrativo
- 3) Novembro de 1992 - FDUL - José Luís Moreira da Silva, "Da impugnação contenciosa de regulamentos administrativos" - Direito administrativo (arguição principal)
- 4) Maio de 1993 - FDUL - Manuel Pedro C. da Silva Pereira, "A participação dos interessados na formação das decisões administrativas: o inquérito público" - Direito administrativo (arguição principal)
- 5) Junho de 1993 - FDUC - Pedro Gonçalves, "Concessão de serviços públicos" - Direito administrativo
- 6) Julho de 1993 - ISCSP/UTL - Luís Viana de Sá, "O lugar da Assembleia da República no sistema político" - Ciência política
- 7) Novembro de 1993 - FDUL - Jorge Bacelar Gouveia, "Os direitos fundamentais atípicos" - Direito constitucional (arguição principal)

- 8) Novembro de 1993 - FDUC - Jónatas Mendes Machado, "Liberdade religiosa numa Comunidade constitucional inclusiva" - Direito constitucional
- 9) Janeiro de 1994 – Faculdade de Direito da Universidade Católica (FDUCAT) / Lisboa - Mário Aroso de Almeida, "Do alcance da sentença de anulação de actos administrativos" - Direito administrativo
- 10) Janeiro de 1994 – FDUL – José Luís Bonifácio Ramos, "O regime e a natureza jurídica do direito dos recursos geológicos dos particulares" - Direito dos recursos geológicos (arguição principal)
- 11) Março 1994 - FDUC - José M. Santos de Magalhães, " A fronteira da transparência: um estudo sobre o *Freedom of Information Act*" - Direito constitucional
- 12) Junho de 1994 - FDUL - Maria Inês Chaves de Andrade, "A plataforma constitucional brasileira" - Direito internacional público (arguição principal)
- 13) Julho de 1994 - FDUC - Joaquim Pedro F. Cardoso da Costa, "O princípio da reserva do juiz face à administração pública na jurisprudência constitucional portuguesa" - Direito constitucional
- 14) Julho de 1995 – Faculdade de Direito da Universidade Lusíada (FDULUS) /Lisboa - João Pacheco de Amorim, "A liberdade de profissão" - Direito constitucional
- 15) Outubro de 1995 - FDUC - Paula Fragão Pereira, "Contributo para o estudo das directivas sobre contratos públicos. O caso português" - Direito administrativo comunitário
- 16) Novembro de 1995 - FDUL - David Duarte, "Procedimentalização, participação e fundamentação: para uma concretização do princípio da imparcialidade administrativa como parâmetro decisório" - Direito administrativo (arguição principal)
- 17) Novembro de 1995 - FDUL - Maria Filomena Carvalho Vieira, "A intervenção jurídico-processual do Ministério Público no contencioso administrativo" - Direito administrativo (arguição principal)
- 18) Janeiro de 1996 - FDUC - Maria Fernanda Maçãs, "A suspensão judicial da eficácia dos actos administrativos e a garantia constitucional da tutela judicial efectiva" - Direito administrativo
- 19) Julho de 1996 - FDUC - Luís Inverno Barradas, "O princípio da separação dos poderes e o sistema presidencialista na Constituição dos EUA" - Direito Constitucional
- 20) Julho de 1996 - FDUC - Deolinda Aparício Meira, "O direito à informação do administrado e a reserva da intimidade" - Direito Administrativo
- 21) Setembro de 1996 - FDUC - Margarida Paula M. Baeta Cortez, "Responsabilidade civil da Administração por danos resultantes de actos administrativos ilegais" - Direito Administrativo
- 22) Março de 1997 - FDUL - Maria Paula Vaz Freire, "Nascimento, modificação e extinção de benefícios fiscais" - Direito fiscal (arguição principal)
- 23) Setembro de 1997 - FDUC - Maria Filipa Urbano da Costa Calvão, "Os actos precários e os actos provisórios no Direito Administrativo" - Direito administrativo
- 24) Outubro de 1997 - FDUC - Joaquim Manuel Freitas da Rocha, "As modernas exigências do princípio da capacidade contributiva. Sujeição a imposto dos rendimentos provenientes de actos ilícitos" - Direito fiscal
- 25) Outubro de 1997 - FDUC - Manuela Maria Ribeiro da Silva, "Lei-medida. Alguns pontos



- de reflexão" - Direito constitucional
- 26) Janeiro de 1998 - FDUL - Jorge Alexandre Trindade Cardoso Cortês, "Contributo para o Estudo do Princípio da Proporcionalidade no Direito Constitucional Português" - Direito constitucional (arguição principal)
- 27) Janeiro de 1998 - FDUC - Manuel Batista Rodrigues, "Autonomia Local e Tutela" - Direito administrativo
- 28) Junho de 1998 – FDUC – Diogo Feyo, “Substituição fiscal”- Direito Fiscal
- 29) Novembro de 1998 – FDUL – Carla Amado Gomes, “Contributo para o estudo das operações materiais da Administração Pública e do seu controlo jurisdicional” – Direito Administrativo (arguição principal)
- 30) Abril de 1999 – FDUC – Maria Luísa Verdelho Alves, “A responsabilidade do Estado por violação do Direito Comunitário” – Direito Comunitário
- 31) Abril de 1999 – FDUC – Suzana Maria Calvo Loureiro Tavares da Silva, “Actuações Informais da Administração – Verdade ou Mito?” – Direito Administrativo
- 32) Junho de 1999 – FDUC – Raquel Carvalho, O Direito à informação procedimental – Direito Administrativo
- 33) Abril de 2000 – FDUC – Catarina Sarmiento e Castro, A questão das polícias municipais – Direito Administrativo
- 34) Maio de 2000 – FDUC – Isabel Celeste M. Fonseca, Introdução ao estudo sistemático da tutela cautelar no processo administrativo – Direito Administrativo
- 35) Maio de 2001 – FDUC, Fernando Licínio Lopes Martins, As Instituições particulares de solidariedade social – Direito Administrativo
- 36) Junho de 2001 – FDUC, Carlos Abreu Amorim, Estado de necessidade e urgência em direito administrativo – Direito Administrativo
- 37) Março de 2002 – FDUC, Wladimir António Ribeiro, Em busca do federalismo perdido – Direito Constitucional
- 38) Março de 2002 – FDUC, Marta Portocarrero, Modelos de simplificação administrativa – Direito Administrativo
- 39) Maio de 2002 – FDUC, Rodrigo Esteves de Oliveira, Autoridade e consenso no contrato administrativo – Direito Administrativo
- 40) Maio de 2002 – FDUL, Luís Pedro Pereira Coutinho, As faculdades normativas universitárias no quadro do direito fundamental à autonomia universitária – Direito Constitucional (arguição principal).
- 41) Julho de 2002 – FDUC, Maria Alexandra Alendouro Ribeiro, Da emergência de um novo regime dos recursos administrativos no direito português – Direito Administrativo.
- 42) Julho de 2002 – FDUCAT / Lisboa, Jorge Pereira da Silva, Contributo para uma teoria da inconstitucionalidade por omissão – Direito Constitucional (arguição principal).
- 43) Outubro de 2002 – FDUC, Bernardo Mascarenhas Almeida Azevedo, Servidão Pública: contributo para o seu estudo – Direito Administrativo.
- 44) Junho de 2003 – FDUC, Vasco Moura Ramos, Da compatibilidade do New Public Management com os princípios constitucionais – Direito Constitucional.
- 45) Julho de 2003 – Faculdade de Direito da Universidade de Macau (FDUM), António Eduardo Malheiro de Magalhães, O direito à informação procedimental no ordenamento jurídico de Macau, – Direito Administrativo e Constitucional (arguição principal).



- 46) Abril de 2004 – FDUC, Marcelo Madureira Prates, Sanção administrativa geral: anatomia e autonomia – Direito administrativo.
- 47) Maio de 2004 – FDUC, Francisco Petrónio Prado de Paula Avelino, Ciclos de injustiça. Direito, poder social e mudança social no Brasil – Sociologia Jurídica.
- 48) Maio de 2004 – FDUC, Ana Raquel Gonçalves Moniz, O domínio público: o critério e o regime jurídico da dominialidade – Direito Administrativo.
- 49) Julho de 2004 – FDUC, Paulo Veiga e Moura, A privatização da função pública – Direito Administrativo.
- 50) Junho de 2005 – FDUC, Alan Bohnenberger, O silêncio legislativo na Constituição da República Portuguesa, na Constituição da República Federativa do Brasil e na Constituição Europeia – Direito Constitucional.
- 51) Junho de 2005 – FDUM, António Katchi, As fontes do direito em Macau – Direito Constitucional (arguição principal).
- 52) Julho de 2005 – FDUC – Maria Natália Faria dos Santos Gonçalves, “Civis europeus sum? A vinculação dos Estados-membros às exigências que decorrem da protecção dos direitos fundamentais na ordem jurídica comunitária – Direito Comunitário.
- 53) Setembro de 2005 – FDUC – Roberta Nylander Ohashi, A questão do estrangeiro e a nacionalidade originária como direito fundamental na Constituição Federal de 1988: uma análise a partir do princípio da igualdade – Direito Constitucional.
- 54) Janeiro de 2006 – FDUC – Paula Rogéria Gama Santos, O devido enquadramento da tutela cautelar no âmbito das tutelas de urgência – Direito Processual.
- 55) Junho de 2006 – FDUC – Rosicler dos Santos, A protecção da propriedade privada pelo Direito Internacional Público – Direito Internacional Público.
- 56) Julho de 2006 – FDUC – Ingrid Pinheiro da Silva, Liberdade religiosa em uma perspectiva luso-brasileira – Direito Constitucional.
- 57) Julho de 2006 – FDUC – Deborah Cristina Roxo Pinho, O poder normativo da Administração Pública sob a ótica constitucional, legal e financeira – Direito Administrativo.
- 58) Setembro de 2006 – FDUC – Iuri Carajalescov, Comissões parlamentares de inquérito em Portugal e no Brasil – Direito Constitucional.
- 59) Setembro de 2006 – FDUC – Cirley José Henriques, A inserção sócio-laboral das pessoas com deficiência mediante acções positivas – Direito Constitucional.
- 60) Outubro de 2006 – FDUC – José Pedro Liberal, Direito fundamental à protecção da saúde – Direito Constitucional.
- 61) Outubro de 2006 – FDUC – Juliano Jaronski, O direito de voto e o dever do cidadão no Estado de Direito democrático – Direito Constitucional.
- 62) Dezembro de 2006 – FDUC – Soraia Borges da Silva, Corrupção administrativa e procedimento administrativo disciplinar – Direito Administrativo.
- 63) Junho de 2007 – FDUC – Fábio Mendonça e Castro, As parcerias público-privadas – Direito Administrativo.
- 64) Setembro de 2007 – FDUC – Vivian Cristina Maria Santos, O conteúdo jurídico-normativo do direito à igualdade das pessoas portadoras de deficiência – Direito Constitucional.
- 65) Setembro de 2007 – FDUC – Marcelo Paiva dos Santos, A democracia brasileira no



- contexto da periferia latino-americana: o problema da jurisdição e o contributo possível da reflexão metodológica – Ciência Política e Teoria do Direito.
- 66) Outubro de 2007 – Universidade de Aveiro – Margarida Ermelinda Faria, O sistema das sanções e os princípios do direito administrativo sancionador – Direito Administrativo.
- 67) Dezembro de 2007 - FDUC – Ana Carolina Saraiva Bartolomeu, A responsabilidade do Estado pela violação do direito fundamental à razoável duração do processo – Direito Constitucional.
- 68) Março de 2008 – FDUM – Lam Chai Teng, As relações entre a Constituição da R. P. da China e a Lei Básica da R A E de Macau – Direito Constitucional.
- 69) Março de 2008 – FDUM – Lam Weng Tong (Miranda), As relações entre a Constituição da R. P. da China, a Lei Básica da R A E de Macau e a Lei de produção legislativa – Direito Constitucional.
- 70) Março de 2008 – FDUM – Luís Pessanha, Contributo para uma tutela cautelar jurisdicional efectiva no contencioso administrativo de Macau – Direito Administrativo
- 71) Julho de 2008 – FDUC – Graciele Neto Cardoso, A participação dos atores sociais na direcção político-social – Direito Constitucional
- 72) Julho de 2008 – FDUC – Polyana Washington Paiva – O princípio jurídico da hospitalidade: da tolerância à hospitalidade na protecção dos direitos do outro homem – Direito Constitucional e Filosofia do Estado
- 73) Julho de 2008 – FDUC – Juliana Lúvia Antunes da Rocha, Lei e poder legislativo – riscos e possibilidades de uma abordagem procedimentalista – Filosofia do Estado
- 74) Julho de 2008 – FDUC – Francisco Reis Brardo, O Instituto dos Baldios – Direito Administrativo
- 75) Setembro de 2008 – FDUC – Susila Ribeiro Machado, A ponderação de interesses, seu tratamento prático-jurisprudencial e as perspectivas postas à luz da dignidade humana na ordem constitucional portuguesa – Direito Constitucional
- 76) Setembro de 2008 – FDUC – Alessandra Lopes da Silva, Restrições a direitos fundamentais: uma abordagem crítica sobre as restrições decorrentes de situações especiais – Direito Constitucional
- 77) Setembro de 2008 – FDUC – Tiago Conde Teixeira, Os direitos fundamentais sociais na Constituição brasileira de 1988 – Direito Constitucional
- 78) Setembro de 2008 – FDUC – Ramon Fagundes Botelho, O controle jurisdicional de políticas públicas: limites à justiciabilidade do direito social à saúde e os caminhos para a preservação da dignidade da pessoa humana – Direito Constitucional
- 79) Setembro de 2008 – FDUC – Telmo José Macedo Alves, A intimação de informação – – Direito Constitucional
- 80) Setembro de 2008 – FDUC – Filipe de Paula, Os limites imanentes dos direitos fundamentais – Direito Constitucional
- 81) Setembro de 2008 – FDUC – Leonardo de Farias Duarte, Obstáculos económicos à efectivação de direitos fundamentais sociais – Direito Constitucional
- 82) Dezembro de 2008 – FDUC – Mariana Rodrigues Canotilho, O princípio do nível mais elevado de protecção em matéria de direitos fundamentais – Direito Constitucional e Comunitário
- 83) Julho de 2009 – FDUC – Carolina Fontes Vieira, Admirável mundo novo: a problemática



- eugénica no século XXI à luz dos direitos fundamentais – Direito Constitucional
- 84) Setembro de 2009 – FDUC – Juliana Guimarães Nogueira, As relações entre o terceiro sector e a administração pública: um exame sob as perspectivas da tutela, do controle e da responsabilização – Direito Administrativo
- 85) Fevereiro de 2010 – FDUC – Luís Verde de Sousa, A negociação nos procedimentos de adjudicação – Direito Administrativo.
- 86) Julho de 2010 – FDUC – Rodrigo Lima, O mandado de segurança no direito brasileiro – Direito Constitucional.

AB) Mestrado de Bolonha (Mestrado Científico)

Foi membro de **45** júris de avaliação de dissertações de 2.º ciclo, Mestrado científico [3 (2009) + 6 (2010) + 6 (2011) + 3 (2012) + 7 (2013) + 8 (2014) + 6 (2015) + 6 (2016)].

- B) Provas de acesso à 2.ª fase do programa de doutoramento (FDUNL),
- participou, como orientador, no júri da Mestre Margarida Lamy Pimenta (2010)
 - participou, como orientador, no júri do Mestre Ricardo Pedro (2011)

C) Prova de habilitação no doutoramento em co-tutela entre as Faculdades de Direito da Universidade de Coimbra e da Universidade de S. Paulo (Brasil): participou, como co-orientador, no júri de Ana Flávia Messa (2013).

D) Provas de doutoramento

Participou em **73** júris de doutoramento na área de Ciências Jurídico-Políticas, na Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa (5) e no Porto (4), na Universidade de Coimbra (35), na Universidade de Lisboa (12), na Universidade Nova de Lisboa (8), na Universidade do Porto (1) e na Universidade do Minho (3), bem como, na área de Ciências Políticas, no ISCSP/Universidade Técnica de Lisboa (1), e na área de Ciências Jurídico-Criminais (2), na área de Ciências Económicas (1) e na área de Ciências Jurídico-Civilísticas (1), na Universidade de Coimbra — tendo sido **14** vezes arguente, nos termos a seguir discriminados:

- 1) Fevereiro de 1994 - Universidade Católica/Lisboa - Maria da Glória Dias Garcia, "Da Justiça Administrativa em Portugal" – Direito Administrativo;
- 2) Janeiro de 1996 - Universidade Católica/Lisboa - Vasco Pereira da Silva, "Em busca do acto administrativo perdido" – Direito Administrativo;
- 3) Dezembro de 1996 – Universidade de Coimbra - Pedro Bacelar de Vasconcelos, "Teoria geral do controlo jurídico do poder público" – Direito Constitucional;
- 4) Janeiro de 1997 - Universidade Técnica/Lisboa - Luís Viana de Sá, "Estado, Administração Pública e Comunidade Europeia" - Ciência política (com *arguição*);
- 5) Março de 1997 – Universidade de Lisboa - Carlos Blanco de Morais, "As leis reforçadas" – Direito Constitucional (com *arguição*);
- 6) Fevereiro de 1998 - Universidade Nova de Lisboa - Maria Paula Marçal Grilo Lobato de Faria, "Données Génétiques Informatisées - Un nouveau défi à la protection du droit à la confidentialité des données personnelles de santé" – Direito da saúde (*equivalência*);
- 7) Maio de 1998 – Universidade de Coimbra – José Casalta Nabais, "O dever fundamental

- de pagar impostos” – Direito constitucional fiscal (com *arguição*);
- 8) Novembro de 1998 – Universidade de Lisboa – Cristina M. M. Queiroz, “Interpretação constitucional e poder judicial” – Direito constitucional;
- 9) Julho de 1999 – Universidade Nova de Lisboa – Jorge Bacelar Gouveia, O estado de excepção no direito constitucional – Direito constitucional (com *arguição*);
- 10) Janeiro de 2001 – Universidade Católica/ Porto – Mário Aroso de Almeida, Anulação contenciosa de actos administrativos e relações jurídicas daí emergentes – Direito administrativo;
- 11) Novembro de 2001 – Universidade de Coimbra – Jónatas Machado, Liberdade de expressão – Direito constitucional;
- 12) Dezembro de 2001 – Universidade Nova de Lisboa – Paulo Pulido Adragão, A liberdade religiosa e o Estado – Direito constitucional (com *arguição*);
- 13) Janeiro de 2003 – Universidade do Porto – António Francisco de Sousa, A Polícia no Estado de Direito – Direito administrativo;
- 14) Março de 2003 – Universidade de Lisboa – Jorge Reis Novais, As restrições aos direitos fundamentais não expressamente autorizadas pela Constituição – Direito constitucional;
- 15) Julho de 2004 – Universidade de Coimbra, Maria Paula Bonifácio Ribeiro de Faria, A adequação social da conduta no direito penal – Direito Criminal;
- 16) Outubro de 2004 – Universidade Católica/ Lisboa – Luís Sousa da Fábrica, Reconhecimento de direitos e reintegração da esfera jurídica – Direito administrativo (com *arguição*);
- 17) Outubro de 2004 – Universidade de Lisboa – Luís Manuel Barbosa Rodrigues, Ensaio sobre o modelo de governo governamental primo-ministerial – Direito constitucional;
- 18) Dezembro de 2004 – Universidade de Coimbra, João Carlos Gonçalves Loureiro, Constituição e biomedicina – Direito constitucional;
- 19) Janeiro de 2005 – Universidade de Coimbra, Pedro António Pimenta da Costa Gonçalves, Exercício de poderes públicos de autoridade por entidades privadas com funções administrativas – Direito administrativo (*Orientador*);
- 20) Maio de 2005 – Universidade de Coimbra, Samuel Miranda Arruda – O direito fundamental ao processo em tempo razoável: fundamentos e conteúdo – Direito constitucional (*Orientador*);
- 21) Novembro de 2005 – Universidade de Coimbra, Maria Benedita Malaquias Dias Urbano, Representação política e Parlamento – Direito constitucional (com *arguição*);
- 22) Dezembro de 2005 – Universidade de Coimbra, João Pacheco de Amorim, Direitos fundamentais e ordens profissionais – Direito constitucional e administrativo;
- 23) Fevereiro de 2006 – Universidade Nova de Lisboa – Andreia Sofia Pinto Oliveira, O direito de asilo na Constituição portuguesa – Direito constitucional (*Orientador*);
- 24) Fevereiro de 2006 - Universidade de Coimbra, Alessandra Aparecida Silveira, Cooperação e compromisso constitucional – Direito constitucional;
- 25) Junho de 2006 - Universidade de Coimbra, Wei Dan, Globalização e interesses nacionais: a perspectiva da China – Economia Internacional;
- 26) Junho de 2006 – Universidade de Coimbra, Marcílio Toscano Franca Filho, O silêncio eloquente – Responsabilidade do Estado por omissões do legislador e a transposição de directivas na Comunidade Europeia e de directrizes no Mercosul – Direito comparado;



- 27) Junho de 2006 – Universidade de Lisboa – José de Melo Alexandrino, A estruturação do sistema de direitos, liberdades e garantias na Constituição portuguesa – Direito constitucional (com *arguição*);
- 28) Janeiro de 2007 - Universidade de Coimbra, Néviton de Oliveira Batista Guedes, Colisão e ponderação de direitos fundamentais – Direito constitucional;
- 29) Fevereiro de 2007 - Universidade Católica/ Lisboa – Pedro Machete, Estado de Direito Democrático e Administração paritária – Direito administrativo (com *arguição*);
- 30) Março de 2007 - Universidade de Coimbra, Joaquim Freitas da Rocha, Constituição, Ordenamento e conflitos normativos – Direito constitucional.
- 31) Dezembro de 2007 - Universidade de Coimbra – Isabel Celeste Monteiro da Fonseca, Contributo para a autonomização da categoria da tutela jurisdicional de urgência na justiça administrativa – Direito processual administrativo (*Orientador*).
- 31) Abril de 2008 - Universidade de Coimbra – Francisco António Macedo Lucas Ferreira de Almeida, Os crimes contra a humanidade no actual direito internacional penal – Direito internacional público.
- 32) Julho de 2008 - Universidade de Lisboa – Ana Neves, Direito disciplinar da função pública – Direito administrativo
- 33) Abril de 2009 - Universidade de Coimbra – Luís Guilherme Catarino, A heteroregulação dos mercados bolsistas pela CMVM e as garantias processuais fundamentais – Direito administrativo.
- 34) Maio de 2009 - Universidade de Coimbra – Raul Carlos Vasques Araújo, O presidente da República no sistema político de Angola – Direito constitucional.
- 35) Junho de 2009 – Universidade do Minho – Maria Elizabeth Moreira Fernandez, Do objecto do processo à apelação no contencioso administrativo – Direito processual administrativo.
- 36) Junho de 2009 - Universidade de Coimbra – Suzana Maria Calvo Loureiro Tavares da Silva, O sector eléctrico perante o Estado incentivador, orientador e garantidor – Direito administrativo.
- 37) Julho de 2009 - Universidade de Coimbra – Maria Filipa Pires Urbano da Costa Calvão, Cláusulas acessórias em direito administrativo – Direito administrativo (com *arguição*).
- 38) Outubro de 2009 – Universidade Católica - Porto – Raquel Maria Resende Duarte de Carvalho, As invalidades contratuais nos contratos administrativos de solicitação de bens e serviços – Direito administrativo (*Orientador*).
- 39) Julho de 2010 – Universidade Nova de Lisboa – Bernardino Duarte, A vinculação das entidades privadas ao princípio da igualdade – Direito constitucional.
- 40) Outubro de 2010 - Universidade de Coimbra – Rogério Magnus Varela Gonçalves, Direito Constitucional da Religião – Direito constitucional (*Orientador*).
- 41) Outubro de 2010 - Universidade de Coimbra – Fernanda Paula Marques Oliveira, A discricionariedade de planeamento urbanístico municipal na dogmática geral da discricionariedade administrativa – Direito administrativo.
- 42) Janeiro de 2011 - Universidade de Coimbra – Alan Bohnenberger, Inconstitucionalidade por omissão e Direitos fundamentais – Direito constitucional.
- 43) Junho de 2011 - Universidade de Lisboa – Rui Guerra da Fonseca, O fundamento da autotutela executiva da Administração Pública – Direito Administrativo



- 44) Julho de 2011 – Universidade de Coimbra – Alexandra Esteves Vilela, O direito de mera ordenação social: entre a ideia da «recorrência» e a de «erosão» do direito penal clássico – Direito Penal.
- 45) Outubro de 2011 – Universidade de Coimbra – Paula Margarida Cabral dos Santos Veiga, O Presidente da República: contributo para uma compreensão republicana do seu estatuto constitucional – Direito constitucional.
- 46) Outubro de 2011 – Universidade de Coimbra – Ana Raquel Moniz, A recusa de aplicação de regulamentos pela Administração com fundamento em invalidade — Direito Administrativo (*Orientador*);
- 47) Dezembro de 2011 – Universidade Nova de Lisboa – Benedita Mac Crorie, A renúncia a direitos fundamentais nas relações entre particulares – Direito constitucional (*Orientador*).
- 48) Março de 2012 – Universidade do Minho – Ricardo Alexandre de Sousa Cunha, Constituição e legalidade administrativa cosmopolita – Direito Público
- 49) Outubro de 2012 - Universidade de Coimbra - Vera Lúcia Carrapeto Raposo, O exercício dos direitos reprodutivos mediante procriação assistida e o estatuto do embrião “in vitro”, Direito constitucional.
- 50) Fevereiro de 2013 – Universidade Católica - Porto — Marta Portocarrero, A (in)disponibilidade do poder administrativo nos contratos sobre o exercício de poderes públicos, na transacção e na arbitragem – Direito administrativo (*com arguição*).
- 51) Fevereiro de 2013 - Universidade de Coimbra - José Eduardo Figueiredo Dias, A reinvenção da autorização administrativa no novo modelo do direito do ambiente” – Direito Administrativo (*Orientador*);
- 52) Outubro de 2013 – Universidade de Lisboa – Domingos Farinho, Fundações – Direito Administrativo
- 53) Janeiro de 2014 - Universidade de Coimbra – Carla Marques Ribeiro, A protecção jurídica do património cultural, em especial os museus – Direito Administrativo (*Orientador*);
- 54) Março de 2014 - Universidade de Coimbra – Fernando Licínio Lopes, Empreitada de obras públicas: o modelo normativo do regime do contrato administrativo e do contrato público - Direito Administrativo (*Orientador*);
- 55) Março de 2014 - Universidade Católica – Lisboa, Jorge Pereira da Silva, Deveres do estado de protecção de direitos fundamentais – Direito Constitucional – (*com arguição*).
- 56) Abril de 2014 – Universidade Nova de Lisboa – Anabela Leão, Constituição e interculturalidade: da diferença à referência – Direito constitucional (*Orientador*).
- 57) Janeiro de 2015 - Universidade de Coimbra - José António Lucas Cardoso, A dimensão cultural do Estado – Direito constitucional
- 58) Fevereiro de 2015 – Universidade Católica - Porto, Catarina Santos Botelho, Os direitos sociais em tempos de crise – Direito Constitucional (*com arguição*).
- 59) Abril de 2015 – Universidade de Coimbra – David Argiolas, A responsabilidade civil extracontratual das entidades religiosas - Direito Constitucional
- 60) Maio de 2015 – Universidade de Lisboa – Maria Celeste F. L. Cardona, Contributo para o conceito e natureza das entidades administrativas independentes – Direito Administrativo
- 61) Maio de 2015 – Universidade de Coimbra – Maria Natália F. S. Gonçalves, O âmbito de



vinculação da Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia – Direito da União Europeia (*Orientador*)

62) Junho de 2015 – Universidade de Coimbra – João Nuno Calvão da Silva – As agências europeias de regulação – Direito da União Europeia

63) Setembro de 2015 – Universidade de Lisboa - Guilherme Fabiano Julien Resende – Sobre o Contencioso administrativo no Brasil. Análise comparativa com a Justiça administrativa portuguesa — Direito Administrativo

64) Outubro de 2015 – Universidade Nova de Lisboa – Ricardo Lopes Dinis Pedro, Responsabilidade civil do Estado por mau funcionamento da administração da justiça: fundamento, conceito e âmbito – Direito Administrativo

65) Janeiro de 2016 – Universidade de Coimbra – Sandra Cristina F. A. Passinhas Videira, Propriedade e personalidade no direito civil português – Direito Civil

66) Fevereiro de 2016 – Universidade de Lisboa – Marcelo Machado Costa Lima - Direito Constitucional (*com arguição*).

67) Julho de 2016 – Universidade do Minho – Cláudia Sofia Melo Figueiras – Direito Fiscal

68) Setembro de 2016 – Universidade de Coimbra – Graciele Neto Dutra – Direito Constitucional (*Orientador*)

69) Dezembro de 2016 – Universidade de Lisboa – Francisco Paes Marques – Direito Administrativo

70) Dezembro de 2016 – Universidade de Coimbra – Jorge André Alves Correia– Direito Administrativo

71) Fevereiro de 2017 – Universidade de Coimbra – Afonso Patrão – Direito da União Europeia

72) Março de 2017 – Universidade de Coimbra – Lucinda Silva – Direito Processual Civil

73) Junho de 2017 – Universidade de Coimbra – Maria Anáber Melo e Silva – Direito Justiça e Cidadania

É membro designado de 8 júris de doutoramento: Rodrigo Esteves de Oliveira, Bernardo Mascarenhas Azevedo (*Orientador*), Umberto Machado de Oliveira (*Orientador*), (*Orientador*), António Malheiro de Magalhães (*Orientador*), Luís Meneses do Valle (FDUC), Sandra Lopes Luís (U Lisboa)

C) Provas de agregação

Participou em **14** júris de provas de agregação

1) Maio/Junho de 2006, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, do Doutor Vasco Pereira da Silva.

2) Janeiro de 2007, na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, da Doutora Maria Lúcia Amaral.

3) Outubro de 2007, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, da Doutora Maria João Estorninho.

4) Janeiro de 2008, na Faculdade de Direito da Universidade do Porto, do Doutor Luís Filipe Colaço Antunes (*com arguição do Relatório*).

5) Janeiro de 2008, na Faculdade de Direito da Universidade do Porto, da Doutora Cristina

